



Vai começar a chamada: sucessão presidencial e o voto direto em 1894

Luciano Senna Peres Barbosa (UFU)



A primeira eleição presidencial direta foi momento decisivo no processo de instauração do regime republicano no Brasil. Impactadas por diversas revoltas e por conflitos políticos regionais, as forças que se alinhavam para o pleito refletiriam a fragmentação dos agrupamentos políticos de um regime até então marcado por um estado de constante crise institucional. Em meio às cisões das forças políticas estaduais, o Partido Republicano Paulista (PRP) apresentar-se-ia unido na busca pelo controle civil da Presidência. Essa união alçava os políticos paulistas ao protagonismo na definição do futuro do pleito. No entanto, numa fase de extrema incerteza política, os encaminhamentos para a candidatura de uma liderança paulista à Presidência se dariam sob a ameaça da intervenção militar, representada pela figura carismática do Marechal Floriano Peixoto.

As primeiras movimentações em torno da eleição de 1894 ocorrem num quadro de persistente crise institucional. Nascida de uma mudança de regime pacífica, os primeiros anos da República seriam marcados por golpes de estado, por ameaças de instauração de ditaduras e por conflitos armados regionais que

levariam a uma longa guerra civil no Sul do país e à Revolta da Armada na capital federal. Durante esse período, a promulgação da Constituição republicana em 1891 traria poucos efeitos para uma conjuntura política de pouca institucionalidade.

O princípio federalista consagrado na Carta Magna encontraria lideranças estaduais em conflitos deflagrados, bem como o Executivo nacional com dificuldade em lidar com esses dissensos. Vendo-se cada vez mais isolado por seus opositores, Marechal Deodoro, eleito presidente pelo Congresso Constituinte, decide fechar o Congresso Nacional e declara estado de sítio em novembro de 1891. A tentativa de centralização do poder nas mãos de um dos principais símbolos do regime nascente duraria pouco tempo. Aliado por parte do Exército, da Marinha e de outras lideranças políticas republicanas, o vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, lança exitoso contragolpe de Estado, culminando com a destituição do primeiro presidente.

A vitória das forças aliadas a Floriano não resolveria a crise institucional. Seguida ao contragolpe, Floriano patrocina a derrubada de todos os governos estaduais, a exceção do governador do Pará, Lauro Sodré, único que teria se



Charge sobre a indefinição em torno da realização das eleições presidenciais após a posse de Floriano. *Revista Ilustrada* de 1892, nº 641, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

colocado contra Deodoro. O clima de acirramento político aumenta. Forças que apoiaram Floriano passam a exigir maior influência sobre os destinos dos negócios públicos, entre elas as lideranças da Armada. Antigos apoiadores de Deodoro se organizam em férrea oposição. Abre-se divergência em torno da interpretação da Constituição Federal no que tange à exigência da realização de eleição presidencial. Boatos de novo golpe rondam a capital federal.

A reação de Floriano a esse momento de incertezas daria a ele a alcunha de Marechal de Ferro. Movido pela retórica legalista, Floriano decidiu permanecer com o cargo de vice-presidente e se negou a chamar novo pleito eleitoral. Implacável com seus adversários, encarcerou e exilou diversas lideranças oposicionistas sob a alegação de conspiração, e com a anuência do Congresso Nacional. Embora essas medidas viessem a enfraquecer seus adversários, de outro lado, seus apoiadores começaram a se cindir. Ademais, Floriano não conseguira debelar todos os conflitos armados regionais.

A deflagração da Revolução Federalista, em 1893, aumentaria as tensões ao redor de Floriano.

A insistência do marechal em intervir na política gaúcha em favor da facção política liderada por Júlio de Castilhos – cujos ideais políticos, de caráter centralizador e positivista, se aproximavam dos ideais defendidos pelos florianistas – levou à radicalização política. Em fevereiro de 1893, os “federalistas” gaúchos – formados por antigas lideranças monarquistas liberais – iniciavam suas incursões pelo Sul do país contra as forças castilhistas.



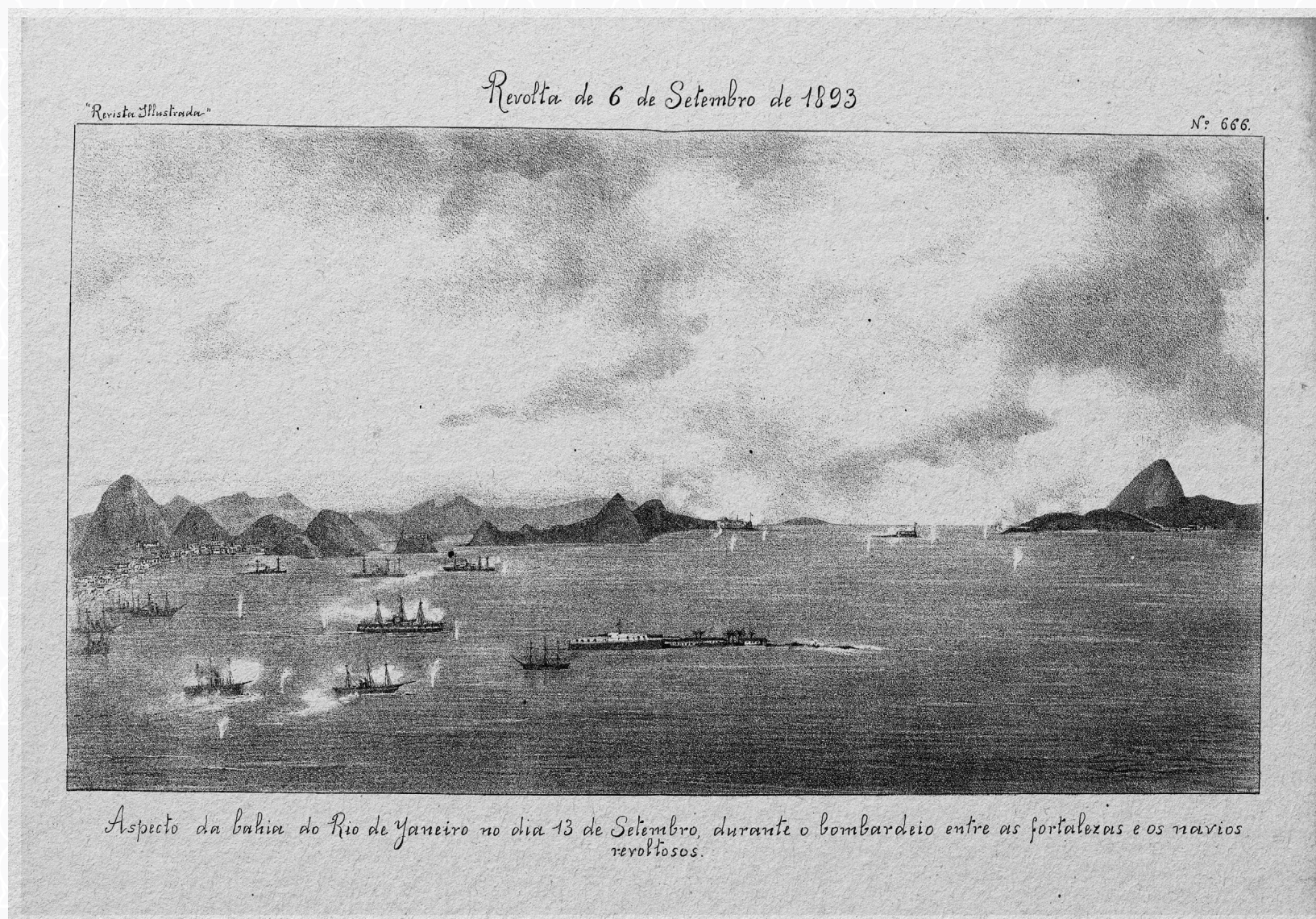
Relato dos conflitos armados no Rio Grande do Sul. *Revista Ilustrada* de 1893, nº 660, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Implicações da guerra civil no Sul do país, os embates no Congresso federal e o manifesto dos 13 generais – texto em que 13 autoridades das Forças Armadas criticavam as ações de Floriano e pediam a realização de uma nova eleição – marcam o prenúncio da próxima crise: a Revolta da Armada. Em setembro de 1893, o Almirante Custódio José de Melo, que havia apoiado o contragolpe de Floriano, iniciou a revolta da Marinha, mantendo controle da esquadra na Baía de Guanabara. Coube ao Marechal de Ferro lutar em duas frentes.



Contudo, a guerra civil e a sublevação da Armada fortaleceriam o presidente. Os batalhões patrióticos, promovidos para defender a Presidência e a República, formavam a maior expressão do movimento jacobino, cuja síntese era a figura

de Floriano. O nacionalismo exacerbado – ironizado por Lima Barreto em sua obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* – da verve jacobina florianista levaria a mobilização popular na capital federal que não se vira na proclamação da República.



Cena da Revolta da Armada, na *Revista Ilustrada* de 1893, nº 666, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Esse mesmo movimento alimentava desconfianças em relação às oligarquias estaduais, algumas das quais derrotadas pelas intervenções de Floriano que se seguiram após o contragolpe que o colocara na Presidência. Ainda assim, jacobinos, e grande parte das lideranças republicanas civis, se reuniram sob a égide do Partido Republicano Federal (PRF – 1893) – definida como “uma catedral aberta a todos os credos” – em apoio a Floriano. Estavam traçadas as linhas de tensão da sucessão presidencial: de um lado, jacobinos na esperança de que sua liderança máxima se mantivesse no poder para defender a República; de outro, as oligarquias estaduais, tendo à frente o PRP, temendo a ação dos militares, mas que desejavam o apoio da Presidência para o estabelecimento do seu domínio local.

O PRP conquistara seu protagonismo ao se colocar unido em defesa de Floriano no início de sua presidência. Ocupando cargos centrais do governo desde então, os paulistas faziam valer sua crescente influência econômica aliando-se ao poder central, mas sem se confundir com este. Pairavam dúvidas em relação às intenções do Marechal de Ferro. À frente do PRF, o Deputado Federal paulista Francisco Glicério se apresentava como uma figura simpática a Floriano, mas que se via obrigado a observar os anseios da oligarquia de seu estado, temeroso de que o ocupante da Presidência levasse a República brasileira ao caminho totalitarista caudilho – comum aos países vizinhos à época.

Esta relação ambígua entre as duas forças protagonistas da política nacional se faria ver quando do início das conversas em torno da sucessão. Floriano havia postergado seguidamente as eleições legislativas e presidenciais devido às ameaças de bombardeio à capital federal pelos insurgentes da Armada, e a guerra civil no sul do país. Os paulistas aceitaram. Definida a data do pleito presidencial para o início de 1894, o PRF marcou uma reunião partidária para o dia 25 de setembro de 1893 para lançar a candidatura da liderança republicana paulista, o presidente do Senado, Prudente de Moraes. A conjuntura, atravessada por conflitos oligárquicos estaduais, fazia com que o Marechal temesse a perseguição aos seus correligionários após a posse do novo presidente. Há controvérsias entre historiadores se, de fato, Floriano teria considerado a possibilidade de um golpe de estado a fim de se



manter a frente do governo. Há relatos afirmando que o Marechal desistira da ideia devido à oposição de alguns de seus correligionários, e em razão ao declínio de seu estado de saúde. Alguns defendem que Floriano chegara a considerar a indicação de seu sucessor. Conforme esta versão, o Marechal sugeriu o nome de Rangel Pestana, liderança republicana paulista, e do governador do Pará, o também militar Lauro Sodré. Os paulistas teriam negado as indicações, insistindo no nome de Prudente de Moraes. Ainda assim, os paulistas tiveram o cuidado de indicar – ou de aceitar – um representante da corrente jacobina para vice-presidente na chapa, tratava-se do presidente da Bahia, Manuel Vitorino Pereira.

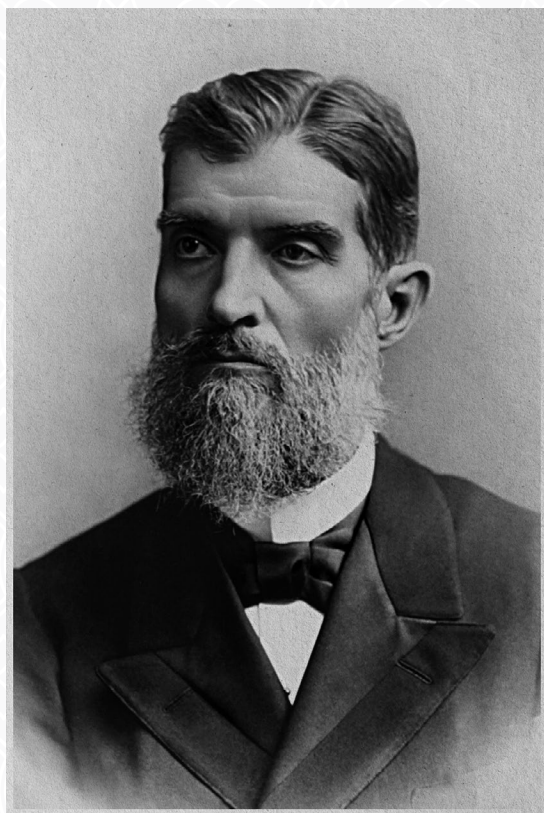


Imagem: acervo da Biblioteca da Presidência da República.

A indicação do político baiano desagradaria o grupo político de seu conterrâneo, Rui Barbosa, que se movia na oposição a Floriano. Surge então o nome de Afonso Pena, político mineiro de larga experiência e expressão nacional. No entanto, o então presidente de Minas Gerais, declinaria, ainda em 1893, a sugestão do seu nome – o que não impediu que este obtivesse expressiva votação na Bahia, contando com, aproximadamente, 24 mil votos dos 38 mil obtidos em todo o pleito.

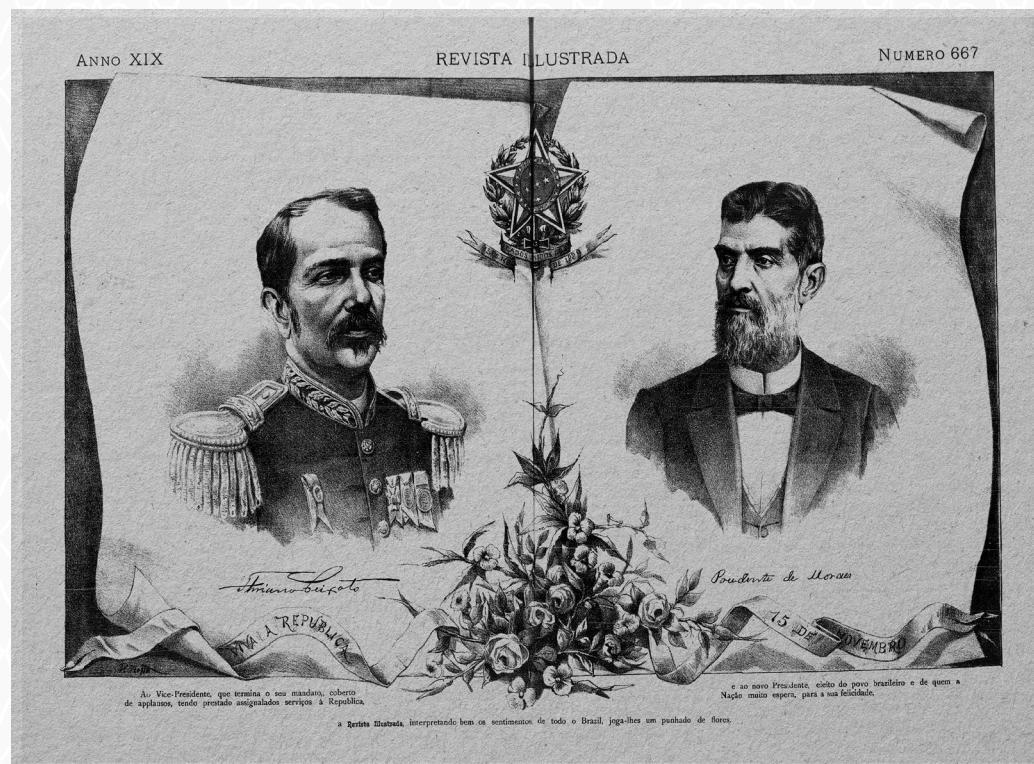
Prudente José de Moraes Barros

Nasceu em um sítio próximo a Itu (SP) no dia 4 de outubro de 1841. Formou-se em 1863 em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi vereador em Piracicaba (1865-1868), deputado à Assembleia Provincial em 1867. Desligou-se do Partido Liberal para ingressar no

Partido Radical. Tornou-se um dos chefes do Partido Republicano, passando a defender a causa republicana. Foi eleito deputado pelo Partido Republicano em 1884. Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, Prudente foi nomeado governador do estado de São Paulo. Foi nomeado Presidente da Assembleia Constituinte de 1890-1891. Elegeu-se Presidente do Brasil em 1894 pelo Partido Republicano Federal. Após o fim do mandato se manteve ativo na política até a morte que ocorreu Faleceu em Piracicaba, em 3 de dezembro de 1902.

A primeira eleição direta para a presidência teria um candidato oficial, como tantas outras que se seguiriam no decorrer da Primeira República. Prudente José de Moraes e Barros era um nome identificado ao novo regime. Tendo sido uma das lideranças da propaganda republicana em seu estado, ocupou cargos legislativos pelo Partido Republicano ainda durante o Império. Advinda à República, foi presidente da Assembleia Constituinte em 1890, após breve passagem como governador de São Paulo. Em sua plataforma de campanha, defendia alguns ideais caros aos republicanos paulistas, como a defesa da autonomia dos estados federados, além de refletir a preocupação de seus contemporâneos com a desordem institucional que se seguira à proclamação da República, ao defender o cumprimento da Constituição.

Chegado o dia 1 de março de 1894, realizaram-se as primeiras eleições diretas à presidência. Após o período de apuração, o nome de Prudente apareceria como vitorioso, contabilizando mais de 290 mil votos, contra aproximadamente 38 mil do segundo colocado, Afonso Pena, o candidato desistente que apoiara o vencedor. Numa época em que não havia o recurso de inscrição de candidaturas, as apurações produziam uma longa lista com os nomes sufragados – 205 “candidatos” foram sufragados para a presidência – entre estes, aparecem 105 votos para Floriano. Da mesma forma, o candidato do PRF à vice-presidência, Manoel Vitorino Pereira, recebeu 266 mil votos, sendo seguido por uma lista de duas centenas de nomes. Em meio a esta diversidade, não seria possível afirmar a existência de uma candidatura de oposição.

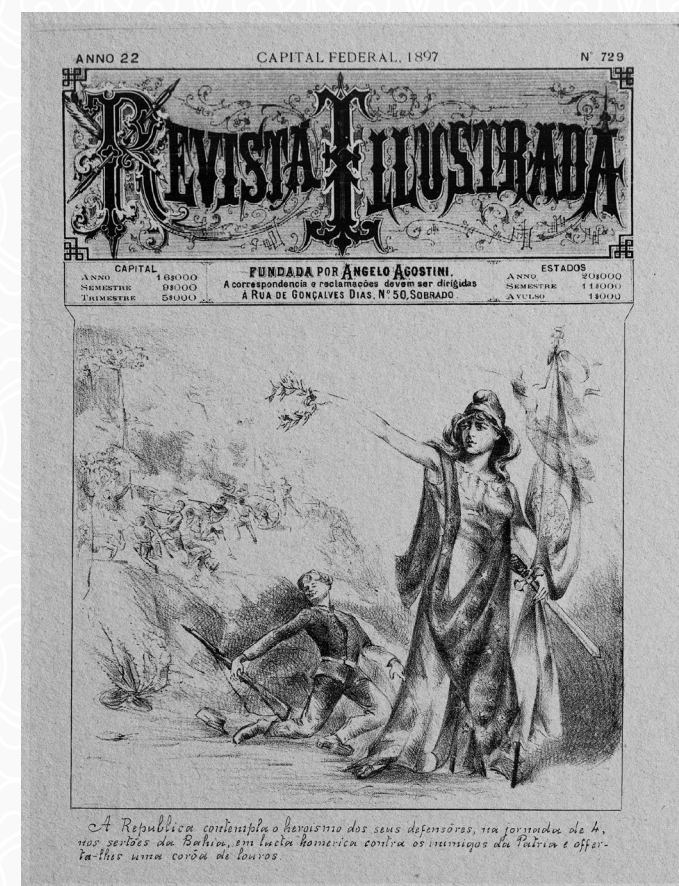


Manchete do dia da posse com ilustrações de Prudente de Moraes e Floriano Peixoto. *Revista Illustrada* de 1894, ano 19, nº 667, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Realizada em 15 de novembro de 1894, a posse de Prudente de Moraes retrataria o momento vacilante em que se encontrava a República nascente. Não se sabia como os florianistas radicais reagiriam à chegada do novo governo. Para aumentar a incerteza, Floriano não participou da cerimônia de passagem do cargo, alegando problemas de saúde. A recepção popular e a presença de lideranças nacionais na cerimônia de posse, assim como a participação do Exército e dos estudantes do Colégio Militar, apontavam para a existência de uma base de apoio ampla ao novo presidente. Nada mais enganoso. Cinco meses depois, o Colégio Militar organizaria a primeira das duas revoltas que colocariam sérios desafios à presidência de Prudente de Moraes. Iniciava-se o tortuoso caminho das sucessões presidenciais no Brasil.

O fervor jacobino ainda persistiria, mesmo após a morte de Floriano, em 1895. Importantes lideranças políticas nacionais, tal como elementos do Exército, não disfarçavam sua desconfiança em relação ao presidente. Em seus primeiros meses de governo, Prudente de Moraes lidaria com uma base parlamentar dominada por um único partido dividido entre grupos hostis, e a necessidade de pacificar a revolta no Sul do país. A primeira presidência civil emergia sob a ameaça, ainda que velada, de uma intervenção militar.

A crise econômica, a situação política conflituosa nos Estados e os discursos inflamados dos jacobinos na capital federal mantinham a presidência tutelada pelo PRF, e por extensão, dependente da habilidade política de sua liderança máxima, Francisco Glicério. Fustigado pelas críticas de elementos jacobinos do próprio PRF, mas apoiado pelo PRP, Prudente de Moraes se movia limitado pela ambiguidade da sua base de apoio, e pela influência de Glicério sobre o Congresso. Situação que se agravaria com seu afastamento do governo, em novembro de 1896, devido ao seu estado de saúde. Manoel Vitorino, seu vice-presidente florianista, abalaria o frágil equilíbrio de forças amparadas no partido único. As vozes jacobinas dos batalhões patrióticos ganhavam espaço nas ruas, e já se faziam ver seus movimentos conspiratórios.

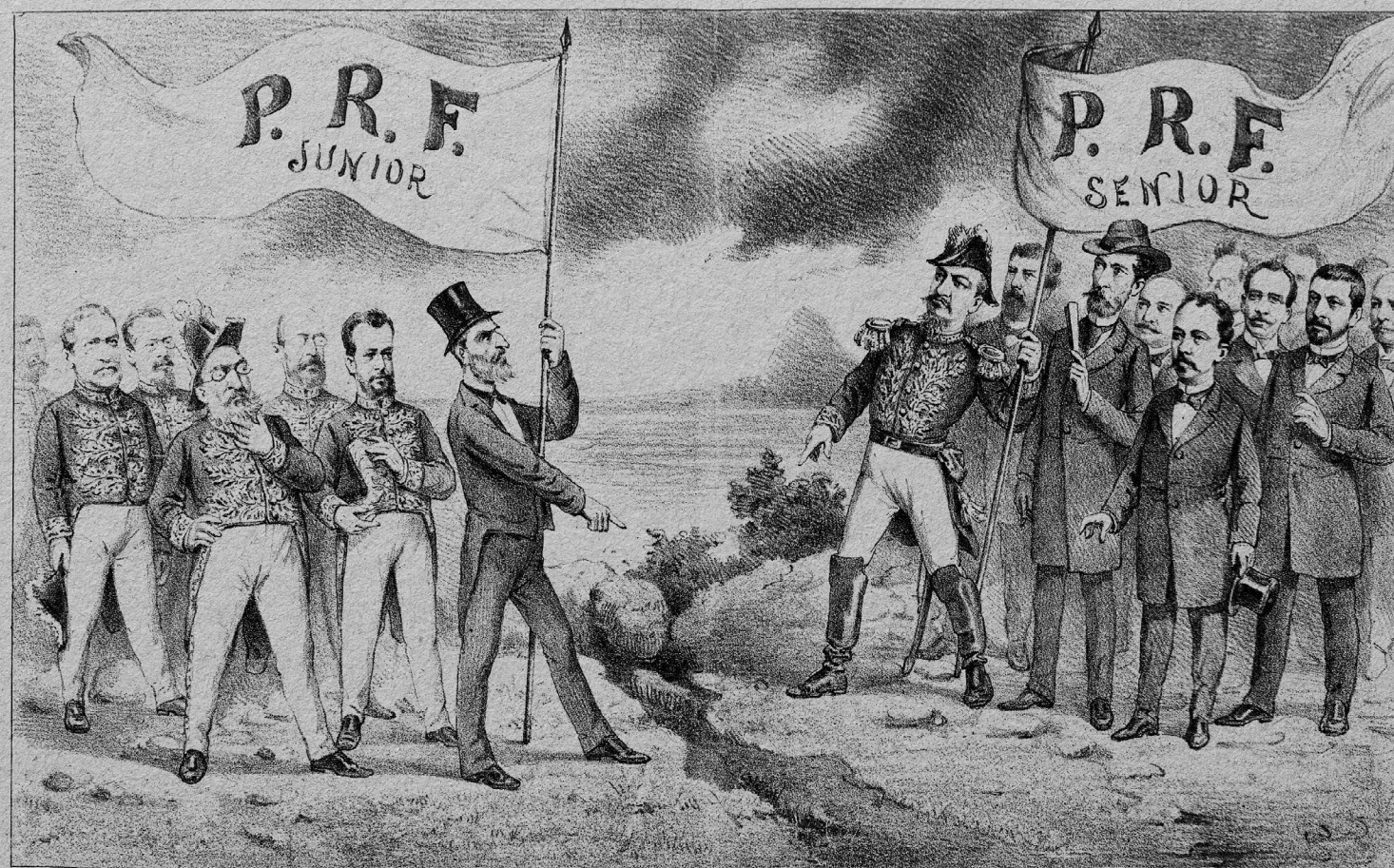


Canudos, cena que celebra a coragem dos militares publicada em *Revista Illustrada* de 1897, nº 729, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Em seu retorno à presidência em março de 1897, sem um aviso prévio a Vitorino, Prudente encontraria uma situação política em rápido declínio. A deflagração da Guerra de Canudos serviria de combustível para os jacobinos. Estes reconheciam no movimento armado travado no interior da Bahia uma tentativa de restauração

monárquica – a tragédia social causada pelo conflito, e sua dimensão religiosa, só se fariam conhecidas após a publicação da epopeia de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. As derrotas militares impostas as primeiras incursões do Exército eram descritas pelos jornais jacobinos como um sinal de fraqueza do presidente. A revolta da Escola



P. – O duello é de morte. – G. Pois seja; mas nem sempre quem dispõe da melhor arma é que vence. – P. Qual história... o poder é o poder, e o Campos Salles... passou a ser o meu homem... – G. Pois bem; ainda assim veremos quem tem garrafas vazias para vender...

Charge anuncia a cisão do Partido Republicano Federal. *Revista Illustrada* de 1897, nº 731, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Militar do Rio de Janeiro – deflagrada em maio de 1897 – também usaria os eventos no sertão baiano como seu estopim. A energética reação de Prudente de Moraes para debelar a revolta em inspiração jacobina, criaria a oportunidade para a explicitação e, assim, dissipação das ambiguidades do PRF. Em seguida ao fim da revolta, o deputado federal pernambucano, J. J. Seabra, apresenta uma moção de apoio às ações do Presidente, numa clara provocação aos jacobinos. Não havia mais saída para a manutenção da unidade do PRF.

Numa demonstração de força, Glicério é derrotado na eleição para a presidência da Câmara, poucos dias após a moção de Seabra. Desaparecia o PRF. O presidente passa a contar com o apoio de boa parte das bancadas de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Mas a derrota do jacobinismo florianoista só se daria, em definitivo, após o atentado de 5 de novembro de 1897. Neste dia estava marcada uma cerimônia de recepção às forças militares vitoriosas em Canudos. Apesar do fim do conflito, mantinha-se a exacerbação das forças jacobinas, e, com estas, as ameaças à vida do presidente. A tentativa de assassinato frustrada do presidente durante a recepção vitimaria o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt. A comoção popular que se seguiu nos dias seguintes ao episódio foi acompanhada pela prisão de lideranças jacobinas, a quem recaíam suspeitas sobre a participação no atentado.

Três anos após a sua posse, Prudente de Moraes estabelecia uma relativa estabilidade política. Contando com uma base de apoio no Congresso Nacional, iniciava-se o processo de indicação do candidato para a sua sucessão.



Sugestões de leitura

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo: 1899-1930*. São Paulo: Annablume; Campinas: UNICAMP, 1999.

QUEIROZ, Suely Robles de. *Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

